jn.pt Diário. Ano 135. N.º 206. Preço: 1,90€ Sábado 24.12.2022 Diretor-Geral Editorial Domingos de Andrade / Diretora Inês Cardoso / Diretores-adjuntos Manuel Molinos, Pedro Ivo Carvalho e Rafael Barbosa / Diretor de Arte Pedro Pimentel

JN
Jornal de Notícias
Fundado em 1888

Observatório quer criar agrupamentos de prisões para poupar recursos

Funcionamento em rede otimizaria distribuição de guardas e reclusos

Profissionais consideram excessivo número de cadeias P. 14 e 15

RUI MANUEL FONSECA / GLOBAL IMAGENS

Compras de última hora batem recorde no Multibanco

Atingido pico de 15 milhões de transações diárias P. 22 e 23

Televisão Clássicos e surpresas para ver em família P. 31

Música Anjos lançam "Estrelas de Natal" com convidados de luxo P. 30

Ataque *Craques das distritais rendidos às tradições portuguesas*

Polícias e militares da GNR distribuem prendas e sorrisos P. 18

KIRAN RIDLEY/GETTY IMAGES

Tiroteio gera onda de violência no coração de Paris

Curdos em França responsabilizam Turquia por ataque que causou três mortos P. 4 e 5

Emprego Trabalhadores domésticos em queda desde 2017

São cerca de 65 mil, a maioria mulheres na casa dos 50 anos P. 6

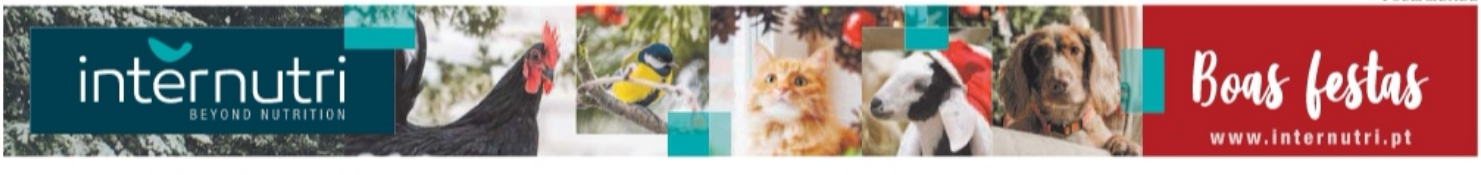
Gripe Um em cada dez doentes ficou internado

Afluência às urgências baixou, mas há casos mais graves P. 10

Vandalismo Dois alunos entregam-se à PSP sem explicar destruição P. 16

Dinheiro Vivo Excedente público desaparece dentro de uma semana

PUBLICIDADE


internutri
BEYOND NUTRITION
Boas festas
www.internutri.pt

JUSTIÇA

Observatório defende prisões em rede para otimizar recursos

Medida proposta para melhorar distribuição de guardas e de reclusos. Trabalhadores do sistema consideram que há cadeias a mais em Portugal

Inês Banha
ines.banha@jn.pt

PROPOSTA O Observatório Permanente da Justiça (OPJ) defende, num estudo sobre o sistema prisional, que as cadeias geograficamente próximas devem passar a funcionar em rede. O objetivo é evitar o desperdício de recursos humanos, em particular de guardas prisionais, e melhorar a distribuição de reclusos, consoante as suas necessidades.

Atualmente, há no país 49 prisões – um número considerado "excessivo" pela maioria dos 131 guardas, diretores e técnicos entrevistados pelos investigadores. Os inquiridos lembram que, em regiões como o Minho, há cadeias pequenas com funcionários a mais e outras de grande dimensão com trabalhadores a menos.

O relatório foi solicitado ao OPJ pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) em 2019, mas mantido em segredo até há poucos dias. Os seus autores entendem que, face à "impossibilidade" de se construírem estabelecimentos maiores a curto prazo, a solução passa "pela criação – à semelhança do que ocorreu em outros setores como a saúde, a educa-

INQUÉRITO

Um quinto considera que há presos que não deviam estar a cumprir pena

Um quinto dos 324 guardas prisionais inquiridos no âmbito do estudo solicitado pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais considera que no estabelecimento prisional a que estão afetos há reclusos que não deveriam estar presos. Os dados indiciam que em causa estarão, sobretudo, pessoas com penas de cadeia até meio ano. "Assisti a muitos casos em Lisboa de miúdos que iam para lá por falta de carta e por álcool e saíam de lá com a escola do crime", recordou um. Outro lembrou o caso de um homem que entrou "para cumprir 66 dias" por não ter pagado uma multa. "Eu acho que foram buscá-lo ao trabalho. [...] É aberrante", disse.

Testemunhos de guardas

"Nós não temos dimensão para 49 cadeias. Temos não sei quantas regionais com 30, 40, 50 reclusos e 20, 30 guardas. Esses guardas resolviam muitos dos problemas de falta de efetivos"

"Atualmente, com a evolução da sociedade, da tecnologia, dos transportes, das comunicações, não se justifica termos esta dispersão do nosso parque penitenciário"

"É bom para a terra, porque os estabelecimentos prisionais criam movimento. Temos Viana, Guimarães, Braga. Podia-se criar uma cadeia maior e acabar com as três. Em termos de custos, era diferente, ganhava-se muito dinheiro. Ganhava-se homens. Há um desperdício de recursos"

"Temos prisões em excesso. Algumas deviam desaparecer. São demasiado pequenas"

ESTATÍSTICAS

11 588

reclusos estavam nas cadeias portuguesas, a 31 de dezembro de 2021, segundo as estatísticas oficiais. O Estabelecimento Prisional de Lisboa era o que tinha mais presos: 894. No extremo oposto, estava, no continente, o de Odemira, com 25.

12 618

lugares era a lotação máxima, na mesma data. Das 49 prisões, 17 tinham presos a mais. O Observatório Permanente da Justiça alerta que uma parte significativa da lotação é em camaratas, contra as boas práticas internacionais.

THOMAS MEYER / GLOBAL IMAGENS

ção ou mesmo o sistema judicial – de estruturas intermédias, designadamente através de figuras de agrupamentos ou outras, que permitam o funcionamento em rede de vários estabelecimentos prisionais próximos, como se só de um se tratasse".

Entre as vantagens apontadas, estão, além da melhor distribuição de guardas prisionais, a gestão mais eficiente de valências e de afetação de reclusos, com benefícios, por exemplo, na resposta às necessidades de idosos ou toxicodependentes e na separação entre presos preventivos e condenados ou entre primários e reincidentes. A possibilidade de existirem mais cadeias especializadas, nomeadamente para jovens, será outra das vantagens.

"Temos a consciência de que se trata de transformações complexas em organizações igualmente complexas", reconhece o OPJ, que recomenda que, numa primeira fase, as mudanças ocorram de forma experimental e monitorizada.

FARPA AOS GOVERNOS

A equipa coordenada por Conceição Gomes, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, lembra, de resto, que em 2017 o próprio Ministério da Justiça decidira já encerrar oito estabelecimentos prisionais e construir cinco.

Mas os projetos não são executados, apesar de surgirem, sistematicamente, em documentos estratégicos e orçamentais. O Estabelecimento Prisional de Lisboa é apontado como um caso "paradigmático" dessa "má prática de desenvolvimento de políticas públicas".

"Pouco adianta a apresentação de programas de reforma que não conseguem sair do papel ou têm uma baixa execução e são, por isso, incapazes de impulsionar uma verdadeira transformação no campo a que se dirigem", frisam os investigadores. Tal, alertam, cria "falsas esperanças" em quem está no terreno, acentuando o "desânimo" e "falta de confiança nas instituições como agentes impulsionadores da mudança".

O OPJ sugere, por isso, que, além do efetivo reforço das verbas atribuídas ao sistema prisional e em particular à DGRSP, a "agenda estratégica de reformas" para o setor passe a ter compromissos "realistas e devidamente escalonados no tempo".

"Não sendo possível, por razões financeiras ou outras, a construção de novos estabelecimentos prisionais, não deve constar do programa de reforma, pelo menos a curto prazo, previsão nesse sentido", exemplificam os autores.

Nova lei não travou jornadas de 24 horas

Guardas continuam a trocar turnos com colegas, para folgarem vários dias seguidos

DIA A DIA Cinco anos depois de a regulamentação dos horários dos guardas prisionais ter sido alterada para impedir que estes trabalhassem 24 horas seguidas, a prática subsiste, graças à troca de turnos. "Esta é uma matéria em que a cultura e prática institucional se sobrepuseram à norma legal", constata o Observatório Permanente da Justiça (OPJ), do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Segundo o estudo do OPJ – "Para uma reforma do sistema prisional: o caso da aplicação do Estatuto da Guarda Prisional" –, 64,3% dos 324 guardas inquiridos consideram que podem sempre contar com a colaboração dos colegas. Ainda assim, a tolerância perante a prática varia consoante a cadeia.

"As trocas de serviço são por todos os atores assumidas como cultural e funcionalmente intrínsecas ao exercício laboral dos estabelecimentos prisionais, tendo como pressuposto, por todos aceite, que a prestação laboral pode ser concentrada, de modo a permitir a acumulação consecutiva de dias de descanso", frisa.

CARREIRA "ESTAGNADA"

O OPJ manifesta ainda compreensão por reivindicações dos guardas prisionais – que os têm levado a fazer greve ao trabalho extraordinário nos últimos meses – de mecanismos que lhes permitam evoluir na carreira, incluindo um novo sistema de avaliação.

"Há um alargado consenso entre os [93] elementos do Corpo da Guarda Prisional entrevistados quanto à ideia de uma carreira estruturalmente restrita e, sobretudo, funcionalmente estagnada", conclui o relatório, de mais de 400 páginas, dos investigadores do OPJ.

A reestruturação da carreira de guarda prisional, a abertura de um concurso de acesso a chefe da guarda prisional e a criação de um sistema específico de avaliação são algumas das sugestões.

VOZ AOS GUARDAS

INGRESSO
Estabilidade atraiu
Cerca de 90% dos 324 guardas prisionais inquiridos desempenhou outras profissões: 30,8% no comércio, hotelaria ou setor fabril, 26,3% na carreira militar e 23,4% na construção civil, eletricidade, mecânica ou agricultura. A maioria foi atraída pela estabilidade financeira no emprego e pelo fascínio pelas forças de segurança e pela farda.

RECONHECIMENTO
Falta valorização
Quase metade (48,8%) dos profissionais inquiridos não se sente realizado profissionalmente. Já 76,1% sentem que a sociedade não valoriza a profissão de guarda prisional, incluindo em comparação com outras forças de segurança.

LEGISLAÇÃO
Exigem alterações
A esmagadora maioria dos inquiridos defende quer a revisão do estatuto profissional (87,8%) quer dos níveis remuneratórios (93,9%) do Corpo da Guarda Prisional. Há ainda 85,8% que discordam da afirmação de que atual sistema de avaliação do seu desempenho profissional "é adequado".

FORMAÇÃO
Várias lacunas
Cerca de três quartos dos profissionais inquiridos não frequentam todos os anos uma ação de formação, apesar de a maioria desejar fazê-lo. Mais de metade (52,3%) afirma estar a desempenhar tarefas para as quais não recebeu formação. Já entre os que frequentaram formação, 63,9% consideram que há áreas úteis que não foram abordadas.

SEGURANÇA
Alvo de agressões
Cerca de 12% dos guardas garantem ser frequentemente alvo de agressões físicas por parte de reclusos. A percentagem sobe quando em causa estão as cadeias do Porto, Alcoentre e Coimbra. Paralelamente, 23% dizem não se sentirem aptos para conter fisicamente um preso. Beja, Funchal e Lisboa são as prisões onde se sentem mais confortáveis

SAÚDE MENTAL
Apoio desejado
A esmagadora maioria dos profissionais inquiridos (93,1%) considera "importante" ter acesso a apoio psicológico, ainda que nem todos tenham recorrido ao mesmo. Muitos têm reservas por o apoio ser prestado dentro do sistema prisional.

INFRAESTRUTURAS
Sem condições
Entre os inquiridos que exercem funções em Coimbra, 97,3% afirmam que a prisão necessita de obras. Na cadeia de Lisboa, a proporção é 95,3% e na de Alcoentre de 87%. A média nacional é de 71,4%. A percentagem melhora quando se trata das condições para exercer o trabalho.

CONVÍVIO
Choque geracional
Os inquiridos reconhecem que a integração dos novos guardas prisionais nem sempre é fácil. O facto de estes terem tido melhor formação inicial mas serem inexperientes gera tensão. "É fundamental que os diferentes saberes e experiências geracionais possam dialogar", dizem os membros do Observatório de Justiça.